

## **ATA DA 80ª REUNIÃO DE TRABALHO DO CONSELHO DE TURISMO DO POLO COSTA DAS DUNAS REALIZADA EM 25/11/2019 NO CENTRO DE CONVENÇÕES DE NATAL/RN.**

**Início: 09h25**

**SOLANGE PORTELA (Subsecretária de Estado de Turismo - SETUR)** – Iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Após aprovação da ata da reunião anterior, passou a palavra para o Sr. Yves.

**YVES GUERRA DE CARVALHO (Gestor de Turismo do SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN)** – Saudou a todos e iniciou a apresentação dos vídeos do Investe Turismo. Informou que, junto com a empresa Profilmes, foram criados vídeos de realidade virtual dos destinos contemplados. Para tal, as empresas de receptivos foram consultadas sobre quais atrações, de cada município, deveriam ser mostradas. Acrescentou que os vídeos estão disponíveis no canal do SEBRAE no Youtube e que os arquivos originais poderão ser copiados a partir dos arquivos salvos em HD ou nos computadores da SETUR. Foram feitos vídeos dos 9 municípios contemplados pelo Investe Turismo (Natal, Parnamirim, Extremoz, Maxaranguape, São Miguel do Gostoso, Touros, Tibau do Sul, incluindo a praia de Pipa, Galinhos e Baía Formosa), juntamente com os municípios de Canguaretama e Rio do Fogo. Além disso, foi feita a atualização do vídeo sobre o passeio de buggy nas dunas, que fez sucesso na ABAV, mas que por questões de direito de uso, somente após atualização, poderá ser utilizado por todos. Passou a palavra para Rogério Pessoa, da ProFilmes, para falar sobre a tecnologia de realidade virtual.

**ROGÉRIO PESSOA (Sócio da empresa ProFilmes HD)** – Saudou a todos e fez uma recapitulação sobre a criação do vídeo do passeio de Buggy, destacando o grande sucesso conquistado com a inovação promovida pelo estado do Rio Grande do Norte (RN) na criação do vídeo em realidade virtual com movimento. Acrescentou que o Trade Turístico do RN se destacou devido à iniciativa do SEBRAE, através do Investe Turismo, que propiciou a produção dos vídeos para os municípios do litoral Norte e litoral Sul. Informou que a Virtual Reality (VR), no segmento do turismo, é a maneira mais barata e prática para a divulgação de destinos turísticos, sendo necessário apenas um celular e os óculos de VR. Na oportunidade, fez algumas considerações acerca dos benefícios e facilidades do uso da tecnologia de VR e dos projetos que estão sendo produzidos para divulgação dos municípios em nível nacional. A respeito dos vídeos, informou que estão disponíveis no canal do SEBRAE/RN no Youtube (com baixa qualidade de imagem) e podem ser copiados para compartilhamento nas redes sociais. Caso os municípios queiram o vídeo original (com qualidade superior), podem adquirir junto ao SEBRAE/RN. Na sequência, reproduziu o vídeo do passeio de Buggy nas Dunas, tecendo algumas considerações acerca da produção, que está disponível em 3 idiomas (português, inglês e espanhol). Ao final, reforçou a necessidade dos municípios adquirirem os equipamentos de VR para divulgação dos municípios, salientando a importância dessa tecnologia para fechar negócio e atrair

turistas. Acrescentou que foi produzido um copilado de vídeos em VR de todo o municípios do litoral Norte e do litoral Sul, além de uma repaginação do vídeo do passeio de buggy.

**YVES GUERRA DE CARVALHO** – Agradeceu o apoio dos municípios e informou que os vídeos estavam à disposição para quem quisesse visualizar, após a reunião.

**SOLANGE PORTELA** – Pediu aos técnicos da EMPROTUR que analisassem os vídeos, observando se haveria algo para contribuir e solicitou a playlist dos vídeos para divulgação nos sites da SETUR e EMPROTUR. Agradeceu a apresentação, principalmente a ação do Investe Turismo, e deu sequencia a reunião com a apresentação da proposta de formalização da Instância de Governança para o Polo Costa das Dunas. Informou que, ao longo dos anos, os Polos Turísticos do Estado têm sido acompanhados pelo Conselho Regional que, por não ser uma entidade jurídica informal, não possui um CNPJ. Entretanto, o Ministério do Turismo orienta que, para o remapeamento de 2021, a região turística precisará ter uma Instancia de Governança formalmente instituída para permanecer no Mapa do Turismo. Acrescentou que, diante disso, algumas medidas já foram tomadas nesse sentido: realizou-se um seminário no mês de setembro, para o qual os membros do Polo Costa das Dunas foram convidados a participar; um representante do Ministério do Turismo foi trazido para apresentar o tema; palestrantes de instituições que já funcionam com uma entidade jurídica privada conduzindo a regionalização foram convidados a apresentar seu exemplo; uma advogada da FEMURN apresentou os modelos que poderiam ser adotados; e criou-se uma comissão para elaborar a proposta para a criação da IGR. Passou a palavra para a profª Jurema e a profª Rosângela que apresentariam a proposta elaborada pela comissão.

**JUREMA MÁRCIA DANTAS DA SILVA (Vice-presidente da RESPOSTA - Responsabilidade Social Posta em Prática)** – Saudou a todos e iniciou sua fala listando os membros que compõem a Comissão, quais sejam: Jurema Márcia (Vice-presidente da RESPOSTA); Rosângela Moreno (Professora da UNP); Maurício Cavalcante (Diretor de Relações Públicas da APCBA); Paulo Roberto (Assessor Especial de Turismo do município de Parnamirim/RN), Agnelo Peixoto (Gerente Executivo do Banco do Nordeste); Carmen Vera e Mércia Motta (SETUR). Solicitou aos membros da comissão que, havendo necessidade, complementassem as informações repassadas na apresentação. Ressaltou que é fundamental que todos os membros do conselho compreendam a importância da formação da Instância de Governança que, embora a portaria ministerial ainda não tenha sido publicada, será necessária para atender a exigência do Ministério do Turismo quando, ao final de 2020, for realizado o remapeamento dos municípios que integrarão o Mapa do Turismo no primeiro semestre de 2021. Durante a apresentação, informou que os 15 municípios que compõem o Polo Costa das Dunas devem ser encarados como uma Região Turística que passará a ser gerida por uma Instância de Governança Regional (IGR). A IGR será importante para ressaltar a implementação das políticas de turismo e terá como foco as regiões turísticas estabelecidas a partir do Mapa do Turismo. Cabe a IGR: considerar as diretrizes e princípios da integração e da gestão democrática, promovendo a ampla participação de seus atores, debatendo o contexto do turismo regional. Dessa forma, os municípios precisam agir em conjunto; estabelecer vetores para o desenvolvimento do

turismo regional; definir prioridades que atendam ao conjunto dos atores; orientar o planejamento, a execução e o monitoramento dos projetos de interesse da Região Turística. Sobre os objetivos para institucionalização das IRs, citou: criar uma base consistente para comunicação regional, voltada à operacionalização do programa de regionalização; articular e coordenar todo o processo de regionalização; articular, mobilizar e coordenar todo o processo de regionalização; e possibilitar a descentralização das ações de coordenação do processo de desenvolvimento turístico regional. Completou que é preciso ainda: esclarecer os papéis de cada um; organizar e coordenar os diversos atores; avaliar e apoiar os projetos elaborados no processo de consolidação da região turística; mobilizar parceiros regionais para integrarem o Programa de Regionalização; participar do planejamento e apoiar a gestão dos roteiros; integrar as ações intrarregionais e interinstitucionais; realizar o planejamento, o acompanhamento, a monitoria e a avaliação; desenvolver projetos para as ações estruturantes regionais com vistas a captar recursos; e promover fórum de debates e de capacitação. Enfatizou que, por se tratar de uma gestão democrática, todos podem e devem participar. Sobre as formas de institucionalização indicadas no material do Ministério do Turismo, informou que podem ser por meio de fórum, conselho, comitê, associação, consórcio e agências de desenvolvimento. Finalizou sua fala e passou a palavra para a prof<sup>a</sup> Rosangela.

**ROSÂNGELA CARMELITA PESSOA MORENO (Professora da Escola de Negócios e Hospitalidade da UNP)** – Saudou a todos e informou que após o estudo realizado pelo comitê, chegou-se ao consenso de que a melhor forma de institucionalização para a região seria criar uma agência de desenvolvimento. Esclareceu que uma agência de desenvolvimento é Plataforma técnico-institucional de caráter operativo que executa e identifica os projetos de desenvolvimento setorial e seleciona essas oportunidades para fomentar as ações. Ela elabora, planeja, implementa, executa e monitora os projetos para os destinos turísticos. A partir da criação, a agência de desenvolvimento precisará ter uma estrutura política institucionalizada, objetivos bem definidos, coordenar os espaços com as pessoas que estão trabalhando e mobilizar recursos financeiros, uma vez que toda empresa precisa de recursos para arcar com as despesas provenientes da atividade desenvolvida. Sobre os benefícios, informou que a agência terá maior agilidade na eficiência da execução das ações, pois contará com um escritório técnico de apoio com pessoal qualificado para executar as tarefas. Sendo esta, portanto, a melhor forma de institucionalização, propôs a criação da Agência de Desenvolvimento Costa das Dunas para apreciação do grupo. Acrescentou que a estruturação de uma agência de desenvolvimento é semelhante à de uma associação. Portanto, precisará ter Ata de Fundação; Estatuto Social; relação dos associados, fundadores e membros da diretoria eleita; e documentações diversas exigidas. Lembrou que será necessário designar os responsáveis por levantar informações sobre a legalização do processo associativo e realizar o estudo da viabilidade econômica e das necessidades de infraestrutura e recursos financeiros. Informou também que o processo de criação passará por 4 fases: 1ª fase - Sensibilização dos envolvidos; 2ª fase - Constituição - momento em que será realizado o ato de constituição na presença de todos os associados, a escolha do nome, definição do local da sede, aprovação do estatuto social, eleição do presidente, vice-presidente,

representantes de órgãos de direção (conselho de administração, diretor executivo, conselho fiscal e quadro técnico), encaminhamento da documentação para registro em cartório e demais trâmites legais; 3ª fase - Pre-operacional - estruturação, definição localização, móveis e equipamentos, contratação de funcionários, contadores, abertura de conta e outras providências formais; 4ª fase - Operação - início das atividades, análise de propósito e definição de atuação. Informou que, na estruturação inicial, será necessário definir quais membros serão autorizados a participar da agência de desenvolvimento; qual a contribuição financeira (mensalidade ou anuidade); quais as responsabilidades reais da agência; quais os benefícios e contrapartida.

**JUREMA MÁRCIA DANTAS DA SILVA** – Reforçou a informação passada pela profª Rosângela. Destacou a importância fundamental do engajamento e contribuição financeira por parte dos membros para que a agência possa operar. Lembrou, ainda, da necessidade de se fazer um planejamento prévio adequado, e de contar com orientação jurídica para apoiar as discussões acerca da criação da instituição.

**ROSÂNGELA CARMELITA PESSOA MORENO** – Corroborou com a fala da profª Jurema e finalizou a apresentação, mostrando que ainda precisam ser desenvolvidas as regras (missão, visão e objetivos), o orçamento, o conselho social, a diretoria, a abrangência e os associados que farão parte da instituição.

**JUREMA MÁRCIA DANTAS DA SILVA** – Lembrou que a proposta apresentada pela comissão é apenas uma ideia preliminar, sendo fundamental a participação dos membros do conselho, com sugestões para a formalização da instituição. Reforçou que das formas de institucionalizações possíveis, a agência de desenvolvimento mostrou ter um nível de sucesso e de comprometimento mais significativo. Finalizou agradecendo a todos e se dispôs a responder aos possíveis questionamentos.

**SOLANGE PORTELA** – Agradeceu ao trabalho da comissão, em especial, ao empenho das professoras Rosângela e Jurema. Sobre quem vai poder fazer parte da agência, informou que, em virtude da necessidade de captação de recursos, o Governo do Estado, junto a Secretaria de Turismo, além de instituições como SEBRAE e Banco do Nordeste, que viabilizam recursos e convênios, não poderão participar como membros da IGR, uma vez que a associação desses órgãos inviabilizaria a captação dos recursos por parte da IGR. Somente os municípios e entidades do setor privado e terceiro setor poderão fazer parte da agência.

**JUREMA MÁRCIA DANTAS DA SILVA** – Esclareceu que, apesar de não poderem fazer parte da agência, órgãos como o SEBRAE continuarão contribuindo com as ações nos municípios. Trouxe o exemplo da ADESE (Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó), que já atua há muito tempo como agência de desenvolvimento, e que poderia contribuir com informações para o entendimento acerca das dificuldades a serem enfrentadas.

**FRANCISCO BARBOSA DE ALBUQUERQUE (Convention & Visitors Bureau do Natal)** – Saudou a todos. Parabenizou a apresentação feita pelas professoras Jurema e

Rosângela. Disponibilizou os serviços do Convention & Visitors Bureau do Natal, assim como do setor jurídico, enfatizando que, como órgão firmado e que atua de forma semelhante a uma agência de desenvolvimento, poderá prestar informações que contribuam para a formação da nova agência. Na oportunidade, informou que houve eleição de seus conselheiros, tendo sido renovado seu mandato por mais 2 anos, com George Gosson como presidente executivo.

**ANTONIO JÂNIO FERNANDES (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN)** - Saudou a todos. Ponderou que para que a agência de desenvolvimento funcione será necessário aos municípios terem uma visão sistêmica da região turística, de modo que não haja interferência político-partidária quando da elaboração e implementação de projetos para os municípios. Ressaltou a importância de se valorizar o potencial do artesanato local. Sugeriu que a viabilidade do processo precisa ser socioeconômica, uma vez que à medida que os produtores são agregados ao processo, maior será o ganho econômico. Com relação ao impedimento do Estado em participar da agência de desenvolvimento, questionou se o mesmo impedimento não se aplicaria aos municípios, uma vez que estes também poderiam formar parcerias econômicas com entidades, inclusive, de outros países, que beneficiariam a todos.

**SOLANGE PORTELA** – Respondeu que, com relação aos municípios, se a entidade disponibilizar a parceria para o próprio município, a responsabilidade ficaria apenas para o município. Caso fosse disponibilizado para os demais, ficaria a cargo da agência de desenvolvimento administrar os recursos.

**ANTONIO JÂNIO FERNANDES** – Questionou se, ao invés de inviabilizar a participação do Estado, criar critérios que possibilitassem a participação. Ponderou que a não participação do Estado, enquanto ente federativo, pode prejudicar os municípios, caso algo não dê certo. Questionou, ainda, como seria feito o rateio dos custos, qual a contribuição de cada membro e quais critérios serão adotados para a escolha dos membros e quem teria autoridade para definir quem pode ou não participar.

**JUREMA MÁRCIA DANTAS DA SILVA** – Respondeu informando que, com relação à participação na associação, será realizada uma assembleia para definir os critérios e regras para a participação. Assim, todos que atendessem aos critérios estabelecidos poderiam participar.

**SOLANGE PORTELA** – Complementou a informação repassada pela prof<sup>a</sup> Jurema, informando que, por se tratar de uma IGR do Programa de Regionalização do Turismo, os municípios precisam cumprir os critérios do Mapa do Turismo para que possam participar da associação.

**JUREMA MÁRCIA DANTAS DA SILVA** – Acrescentou que, caso o município não queira fazer parte da agência de desenvolvimento, ficará fora do Mapa do Turismo e não será beneficiado pelas ações desenvolvidas pela agência de desenvolvimento. Ressaltou a necessidade de uma assessoria jurídica para definir melhor os critérios para formação da agência.

**ROSANGELA CARMELITA PESSOA MORENO** – Lembrou que a primeira fase da formação da agência é, justamente, para mobilização. Nessa fase serão definidas as estratégias e os critérios para participação, e serão feitas em grupo, dentro do Polo Costa das Dunas.

**JUREMA MÁRCIA DANTAS DA SILVA** – Completou que o trabalho de sensibilização começou com o evento promovido pela Secretaria de Turismo, ao qual compareceram palestrantes de outros estados para compartilharem sua experiência. Ressaltou a importância do engajamento de todos para a criação da agência de desenvolvimento.

**SOLANGE PORTELA** – Esclareceu que a Secretaria de Turismo não está se retirando do processo do turismo no Estado. Assim como continuará atuando com o CONETUR. O que muda com a criação da agência de desenvolvimento é que, ao invés do conselho do Polo Costa das Dunas, a agência é que irá representar e articular as ações de turismo, alinhada às políticas do Estado em consonância com o Ministério do Turismo. Assim, a SETUR continuará sendo o agente de desenvolvimento turístico do Estado.

**ANTONIO JÂNIO FERNANDES** – Agradeceu aos esclarecimentos prestados, mas ponderou que não consegue entender que haja uma visão sistêmica se um dos destinos indutores não estiver incluído. Deve-se, portanto, fazer um esforço para que todos participem. Ressaltou a importância do assessoramento jurídico para validar as ações, mas questionou se haveria necessidade de um órgão fixo ou se poderiam contratar uma empresa terceirizada quando houvesse necessidade. Questionou, ainda, como seriam feitos os acordos posteriores com entidades internacionais sem o embasamento do Estado como ente federativo governamental.

**ROSÂNGELA CARMELITA PESSOA MORENO** – Respondeu que questões como as levantadas pelo professor seriam tratadas em grupo em momentos posteriores, uma vez que o objetivo imediato é definir como será constituída a agência. Ressaltou que o Governo do Estado vai continuar com o trabalho e as ações que já vem realizando. Acrescentou que a agência de desenvolvimento vai fortalecer a execução de projetos do grupo associado a ele. As ações específicas, independentes do projeto, serão tratadas de forma individual com os membros responsáveis.

**ANTONIO JÂNIO FERNANDES** – Completou que sua preocupação recai sobre políticas maiores que, caso o grupo pretenda assumir, a agência não seja capaz de dar prosseguimento sem o envolvimento do Estado ou do Governo Federal. Assim sendo, questionou se haveria a possibilidade desses órgãos constarem como membros cooperativos da agência de desenvolvimento. Ponderou que, caso a cooperação dos órgãos não fique explícita e documentada, poderá haver impedimentos jurídicos quando for necessário seu apoio. Finalizou ressaltando a importância de se compreender a complexidade e a grandeza que um projeto como este pode trazer para o desenvolvimento de cada município do Polo.

**JUREMA MÁRCIA DANTAS DA SILVA** – Lembrou a parceria do Estado com a ADESE na realização de projetos no Seridó, para mostrar que o objetivo da agência é integrar outros

projetos. Agradeceu as ponderações e questionamentos do professor Janio e ressaltou que uma agência não se cria sem um planejamento detalhado e que, na medida em que forem surgindo necessidade, serão tomadas as providências para contratações de pessoal técnico especializado.

**SOLANGE PORTELA** – Deu seguimento a reunião. Lembrou a todos a necessidade de realizarem a votação da proposta para que possam dar prosseguimento às etapas posteriores.

**GIOVANI RODRIGUES JUNIOR (Secretário de Turismo do município de PARNAMIRIM)** – Disse estar preocupado com a impossibilidade de participação do Governo do Estado e questionou se o mesmo não se aplica aos municípios, uma vez que, se o argumento de não participação for um argumento jurídico, estando o município incluído como membro associado, qualquer aporte de recurso disponibilizado pela prefeitura não poderia ser aceito pelo grupo.

**SOLANGE PORTELA** – Esclareceu que o município não disponibiliza recursos para o desenvolvimento da região, apenas para ações dentro do seu território. Assim, não existe impedimento para a participação.

**GIOVANI RODRIGUES JUNIOR** – Reforçou que, ainda que a Prefeitura queira fazer algum aporte de recursos para o Polo, a participação dela na agência impediria essa disponibilização. Questionou se o modelo de governança proposto, que exclui o Estado, o Banco do Nordeste e o SEBRAE, seria o adequado, ou se poderia se discutir outro modelo de institucionalização na qual esses órgãos pudessem participar. Lembrou o exemplo do parque tecnológico do RN no qual todos os órgãos participam do processo e podem fazer aporte de recursos para o projeto. Enfatizou a necessidade de se aprofundar o estudo dos modelos de institucionalização para que se encontre uma forma de incluir todos os órgãos, pois, de outro modo, não vê como construir a agência sem a participação deles.

**SOLANGE PORTELA** – Relembrou o exemplo das 330 regiões turísticas, nas quais mais de 100 que estão em funcionamento com modelos semelhantes, conforme foi apresentado em momento anterior, para demonstrar que é possível implementar o modelo proposto para a regionalização no Estado do RN sem maiores impedimentos. Demonstrou preocupação com a postergação da decisão para se definir um modelo, uma vez que a transição para um modelo no qual a Região Turística seja conduzida por uma empresa privada, se trata de uma exigência do Ministério do Turismo que deve ser cumprida em todos os estados até 2021. Ressaltou que, desde sua criação, a Secretaria de Turismo vêm conduzindo o conselho estadual, com os municípios como membros integrantes, mas que não há qualquer impedimento jurídico para que a transição aconteça. Lembrou ainda que, inclusive no regimento do CONETUR, desde 2009, está previsto que o conselho pode ser regido por uma entidade privada, assim com os conselhos regionais.

**GEORGE ALEXANDRE BARRETO COSTA (Coordenador da Câmara Empresarial de Turismo da Federação do Comércio de Bens e Serviços do Rio Grande do Norte - FECOMÉRCIO)** – Saudou aos presentes. Comentou a fala de Solange, quando esta

afirmou que o município que não fizer parte do Polo não poderá fazer parte do Mapa de Turismo do Estado. Considerou que é inconcebível a ideia de excluir um município com potencial turístico apenas por ele se recusar a fazer parte da instituição que está se propondo criar. Criticou a burocracia gerada pelo Ministério, afirmando que ela atrasa todo o processo. Observou que está se propondo criar uma instância de governança cuja organização será custosa e o embate político será mais forte que o embate econômico, uma vez que, havendo receitas e cargos, haverá disputa por poder político e aquele que for derrotado vai se retirar do Polo. Ponderou que estão caminhando para a criação de uma agência de desenvolvimento de poder político no turismo, cujo controle ficará com os municípios, uma vez que as prefeituras é que pagarão a conta e, por isso, haverá disputa de poder. Afirmou que o caminho que está sendo tomado é equivocada, pois o governo está obrigando a criar um consórcio de municípios sem que haja interação entre suas relações. Questionou como a agência será regulada e quem pagará a conta. Criticou a ideia de que quando o município não integra o Conselho Regional é o mesmo que não ter um Conselho Municipal de Turismo, sendo que o Conselho Municipal precisa ser atuante, enquanto que o Regional é apenas consultivo. Elogiou o trabalho que o Banco do Nordeste tem realizado ao coordenar as ações junto ao Governo do Estado e dar direcionamento do que a região precisa. Acrescentou que, para passar esse controle a uma agência de desenvolvimento será necessário fazer uma discussão mais longa e técnica para se tomar uma decisão definitiva.

**JANKARLY VARELA DE OLIVEIRA MORAIS (Coordenador na Secretaria de Estado de Planejamento e das Finanças do RN - SEPLAN)** – Saudou a todos os presentes. Esclareceu que existe um avanço na gestão pública e que a criação de consórcios no setor turístico existe para atender uma necessidade atual. As fronteiras turísticas ultrapassam os municípios. Sendo assim, o modelo de gestão atual está ultrapassado. É necessário, portanto, que haja maturidade política para que esta supere a realidade política local. Ressaltou que nenhuma agência de desenvolvimento poderá existir sem que os municípios que integram o polo façam parte dela. Esclareceu ainda que o futuro da Gestão Pública está voltado para as regiões turísticas e não apenas para os municípios de forma individual. O Ministério do Desenvolvimento Regional lançou um edital que trata de uma política regional, com financiamento de políticas regionais e não municipais. Assim, o recurso só será liberado se os municípios, unidos em consórcio, apresentarem o projeto e fizerem a captação. Tal medida independe da participação do Estado, do Banco do Nordeste ou do SEBRAE. Finalizou afirmando que a gestão pública obriga a pensar coletivamente. Portanto, os municípios precisam se unir, caso contrário, a agência não vai funcionar.

**YVES GUERRA DE CARVALHO (Analista Técnico do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN - SEBRAE/RN)** – Saudou a todos. Questionou se seria possível ao Convention & Visitors Bureau do Natal, com alguma alteração no regimento interno, abarcar a instância de governança para o Polo de Turismo.

**FRANCISCO BARBOSA DE ALBUQUERQUE** – Respondeu que o Convention & Visitors Bureau do Natal tem fins específicos. É uma instituição que prima exclusivamente para



captação de eventos para o destino. Para o Rio Grande do Norte, até o seguimento do visitors, que é o turista de lazer, está desvinculado do Convention, ficando a cargo da ABIH. O Convention & Visitors Bureau do Natal trabalha apenas com eventos de maneira generalizada. Assim, não há como abarcar a instância de governança que precisa ser criada sem alterar o regimento, o que não seria viável, pois os Conventions, de maneira internacional, tem um regime próprio de conduta.

**ANTONIO JÂNIO FERNANDES** – Comentou que, dentro de uma visão sistêmica, é importante considerar as especificidades dos municípios, sendo, portanto, um equívoco forçá-los a participarem da instância de governança como alternativa para não ficarem fora do Mapa do Turismo. Acrescentou que os municípios precisam de apoio e esclarecimento para que entendam que são importantes para o desenvolvimento da região.

**ISALÚCIA BARROS CAVALCANTE MAIA (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN - IDEMA)** – Ponderou que, da forma como foi apresentada, a proposta de institucionalização parece ser adequada, pois já vem sendo utilizada por outras regiões e se trata de uma evolução para o modelo que está em vigor. Comentou que, para estar no mapa de turismo é preciso ter uma instância de governança, independente de qual seja o modelo adotado. Assim sendo, a iniciativa do Governo do Estado visa a facilitar o processo de transição e dar continuidade ao trabalho que vem sendo realizado.

**AGNELO PEIXOTO NETO (Banco do Nordeste do Brasil S.A.)** – Esclareceu que é preciso compreender o processo de mudança. A instância de governança, que é o Conselho de Turismo, existe desde 1999. Portanto, o que o Ministério do Turismo propõe é o Polo de Turismo evolua para uma instância de governança formalmente instituída. Para isso, é preciso definir que estrutura será dada ao Polo Costa das Dunas. Assim, após análise dos modelos institucionais possíveis, concluiu-se que a agência de desenvolvimento seria o mais adequado, por se tratar de uma associação na qual os membros têm interesses em comum. Acrescentou que, até o momento, o Banco do Nordeste vem trabalhando na organização das reuniões do Conselho de Turismo do Polo Costa das Dunas. A partir da criação da instância de governança, a instituição disporá de recursos financeiros para contratar uma pessoa que realizará esse trabalho. Para ilustrar como a agência de desenvolvimento pode atuar de forma territorializada e sustentável, trouxe o exemplo do Programa de Desenvolvimento Territorial - PRODETER, do Banco do Nordeste, que tem a mesma filosofia do Investe Turismo e dos Fóruns. A primeira medida adotada pelo PRODETER foi fortalecer os comitês locais e, em seguida, criou-se a Instância Territorial, que é regional. Portanto, o PRODETER dispõe dos comitês locais (que, em se tratando do Polo Costa Das Dunas, são os 15 municípios) e do comitê territorial (que seria a agência de desenvolvimento). O comitê gestor territorial é o responsável por conduzir todo o processo de desenvolvimento local voltado para uma atividade econômica. Informou que, no RN está sendo trabalhado 11 projetos de desenvolvimento territorial e 6 cadeias produtivas. Concluiu, reforçando a necessidade do planejamento para que a agência de desenvolvimento saiba como atuar no fortalecimento, monitoramento e avaliação do processo. Com a agência de desenvolvimento formalmente constituída, estará se fortalecendo o desenvolvimento econômico e social dos municípios.

**GEORGE ALEXANDRE BARRETO COSTA** – Argumentou que o Banco do Nordeste, assim como o Governo do Estado, durante muitos anos, prestou apoio direto ao turismo, mas que, formada a agência de desenvolvimento, esse apoio não será mais prestado, ficando a cargo dos municípios. Questionou a obrigatoriedade da participação dos municípios na agência e justificou que nenhum deles quererá arcar com as despesas geradas. Afirmou que a falta de coordenação da Secretaria de Turismo é preocupante. Comparou o trabalho que está sendo proposto para a agência ao trabalho da Secretaria de Turismo, cuja função é integrar os municípios e gerar produtos. Ponderou que a evolução deve acontecer, entretanto, ela deve ser voluntária e não impositiva.

**SOLANGE PORTELA** – Disse que os municípios tem a opção de se agrupar e escolher o modelo, conforme vem sendo falado desde as últimas reuniões. Entretanto, os municípios não estão fazendo o que precisa ser feito, e as discussões só acontecem nas reuniões do conselho. Afirmou que é preciso haver celeridade nas discussões para que se chegue a um modelo o quanto antes.

**JUREMA MÁRCIA DANTAS DA SILVA** – Ponderou que a apresentação do modelo proposto pelo grupo serviu para refletir acerca da necessidade que se apresenta e que o Estado pode, em comum acordo, resolver não participar do Programa de Regionalização do Turismo e continuar trabalhando o Turismo como vem sendo feito. Finalizou dizendo que a intenção do grupo foi trazer à tona os fatos, as dificuldades, sabendo-se da complexidade da questão, mas consciente da necessidade de se refletir a respeito.

**JUNIOR FERREIRA GOMES (Município de RIO DO FOGO)** – Saudou a todos. Disse preocupar-se com a situação financeira dos municípios, uma vez que serão eles a pagar a conta. Questionou a respeito de quem irá gerir a agência e como será feito o rateio dos custos entre os municípios. Observou que os prefeitos, sendo eles os gestores municipais, precisam participar das discussões antes de se tomar qualquer decisão.

**SOLANGE PORTELA** – Concordou que é preciso discutir a questão e que a decisão é da maioria. Disse que a SETUR está à disposição para colaborar, e que está aberta às sugestões do grupo.

**GIOVANI RODRIGUES JUNIOR** – Ponderou que é preciso ser feita uma consulta jurídica para saber se há possibilidade de participação dos órgãos (SETUR, Banco do Nordeste e SEBRAE) e, a partir disso, fazer uma nova reunião para discutir a questão e, assim, tomar a decisão.

**AGNELO PEIXOTO NETO** – Disse que a intenção do grupo foi justamente essa: trazer o tema para discussão e, a partir disso, trabalhar as etapas apresentadas, juntos com as prefeituras, o setor privado e os demais participantes do Polo. Quanto aos custos, informou que dependerá do modelo escolhido.

**INÁCIO VALTÉCIO DOS SANTOS PINHEIRO (Secretário de Turismo do Município de Maxaranguape)** – Sugeriu que, como os secretários de turismo não têm autoridade para decidir sobre questões orçamentárias, sugeriu que os prefeitos participassem da próxima

reunião, juntamente com a assessoria jurídica do município, para que possam ordenar sobre a questão financeira.

**GIOVANI RODRIGUES JUNIOR** – Ponderou que não é o momento de chamar os prefeitos para a discussão. Disse que é preciso, primeiro, definir qual será o modelo adotado.

**JANKARLY VARELA DE OLIVEIRA MORAIS** – Questionou aos membros sobre quem, de forma voluntária, se dispunha a apresentar um modelo de consórcio.

**SOLANGE PORTELA** – Informou que a Secretaria de Turismo realizou um seminário, no mês de setembro, com o apoio do SEBRAE e da FECOMÉRCIO, no qual foram apresentados os modelos existentes.

**JANKARLY VARELA DE OLIVEIRA MORAIS** – Solicitou ao SEBRAE apresentar os possíveis modelos de Gestão, destacando as vantagens e desvantagens de cada um. Ponderou que quanto mais técnica e formal a apresentação, mais consistente será a decisão. Argumentou que sem a participação do Banco do Nordeste e da SETUR, corre-se um sério risco do trabalho ser interrompido.

**INÁCIO VALTÉCIO DOS SANTOS PINHEIRO** – Sugeriu que a OAB, com o respaldo jurídico, pudesse apresentar outro modelo possível.

**YVES GUERRA DE CARVALHO** – Informou que o SEBRAE já deu e continua dando sua contribuição ao processo, mas que, em curto espaço de tempo, não poderá fazer a apresentação solicitada.

**LORENA GOMES PINHEIRO (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RN)** – Saudou aos presentes. Prontificou-se a levar a questão para que a OAB analise e apresente um parecer.

**SOLANGE PORTELA** – Agradeceu a todos pelas contribuições na discussão e informou que no site do Ministério do Turismo tem todas as cartilhas com os modelos possíveis para a IGR e que foi com base nesse material que a comissão chegou ao modelo de agência proposto na apresentação. Sugeriu a criação de uma segunda comissão para realizar outro estudo e apresentar o modelo escolhido. Informou que todo o material será disponibilizado para o novo grupo.

**ANTONIO JÂNIO FERNANDES** – Sugeriu que, com base no material disponível, fosse feita uma apresentação rápida, comparativa, dos modelos existentes, uma vez que as discussões vêm se estendendo há muito tempo.

**AGNELO PEIXOTO NETO** – Se dispôs a repassar o material para que a OAB fizesse a apresentação, mostrando as vantagens e desvantagens de cada modelo.

**FRANCISCO BARBOSA DE ALBUQUERQUE** – Questionou a falta de participação dos municípios na comissão, uma vez que são eles os atores principais de todo o processo.

**AGNELO PEIXOTO NETO** – Informou que, no momento, é preciso definir qual o modelo para que, a partir daí, possam dar seguimento ao processo de institucionalização com a participação de todos os municípios.

**FRANCISCO BARBOSA DE ALBUQUERQUE** – Parabenizou o grupo responsável pelo trabalho apresentado, destacando a importância do mesmo para o início das discussões e passou a palavra para que Solange concluísse os trabalhos da reunião.

**SOLANGE PORTELA** – Informou que o grupo fez um estudo comparando os aspectos positivos e negativos de cada modelo, ficando de fora apenas os aspectos legais. Acrescentou que foram considerados aspectos técnicos e as experiências de outras regiões que já operam de forma institucionalizada. Recomendou à Mércia que repassasse o material de estudo e as reflexões para que a OAB realize o trabalho proposto e apresente em uma reunião extraordinária. Finalizou informando que o Conselho poderá permanecer desde que seja formalizado (que tenha um CNPJ) e que seja paritário (público e privado). Assim sendo, precisará se fazer ajustes na sua composição, pois, atualmente, a maior participação é do poder público.

**GIOVANI RODRIGUES JUNIOR** – Informou que no dia 14/11/2019 a Prefeitura de Parnamirim assinou o termo de sessão junto à Fora Aérea Brasileira e, desde então, estão ocupando parte do antigo terminal de passageiros. Convidou aos presentes para realizarem uma visita e participarem com opiniões para melhoria. Informou que o IDEMA, através da administração no Cajueiro de Pirangi, retirou os banheiros externos, mantendo apenas os banheiros internos, o que impossibilitou o uso por parte daqueles que não pagarem o ingresso. Ressaltou que a área do Cajueiro é uma área pública. Portanto, apelou ao IDEMA que os banheiros fossem recolocados para que todos possam utilizar. Acrescentou que a falta de banheiros tem sido prejudicial e um ponto de reclamação constante por parte dos visitantes. Informou ainda que o Cajueiro tomou a via sul da Rota do Sol, impossibilitando o trânsito de pessoas e o acesso ao litoral Sul, principalmente durante a alta estação. Em virtude disso, solicitou que sejam tomadas providências urgentes. Finalizou criticando a atitude do Diretor do DNER nas redes sociais ao se referir de forma desrespeitosa ao município, quando questionado sobre a limpeza das vias da Rota do Sol, cuja responsabilidade recai sobre o Governo do Estado.

**LISZT MADRUGA (Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo do RN - ABRAJET/RN)** – Saudou a todos. Comunicou que a Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo criou o Troféu Personalidade do Turismo ABRAJET/RN, para reconhecer os valores que fazem parte do Trade Turísticos do RN e além das fronteiras potiguares, que será entregue no dia 28 de março de 2020, em um jantar a ser oferecido no Hotel Senac Barreira Roxa. Informou que, em reunião realizada no auditório da Federação do Comércio entre Brasil e Argentina, no dia 20/12, foi criada a Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Brasil e Argentina, consolidando os laços entre o Rio Grande do Norte e a Argentina. Acrescentou que o vice-presidente da FECOMERCIO, Luiz Lacerda, em nome do presidente, Marcelo Queiroz, recebeu na sede da FECOMERCIO o Cônsul da Argentina no Nordeste, Alejandro Funs Lastra e membros do

consulado, tendo participaram da importante reunião, entidades do Trade Turístico, dentre elas a ABRAJET, que faz parte da Câmara Empresarial de Turismo da FECOMÉRCIO, com George Costa como secretário geral. Finalizou, informando que o objetivo dos argentinos era fundar a câmara para facilitar as transações entre o Rio Grande do Norte e a Argentina nos diversos segmentos econômicos, principalmente no trade turístico.

**GEORGE ALEXANDRE BARRETO COSTA** – Denunciou o problema que vem acontecendo no município de Nísia Floresta. Relatou que o Jeep Turismo tem sido alvo de constantes conflitos e abusos por parte de motoristas, operadores de turismo ilegais, que fazem manobras arriscadas no trânsito, pondo em risco os turistas que utilizam veículos autorizados para esse tipo atividade. Convocou a Secretaria de Turismo e o Ministério Público para, juntamente com os demais envolvidos, participarem da reunião que será realizada com o intuito de discutir a questão e buscar uma solução para o problema. Finalizou ressaltando que um importante produto turístico, como o passeio das lagoas de Nísia Floresta, não pode continuar sendo prejudicado pela ação de pessoas mal intencionadas.

**MAXSA VALÉRIA DO NASCIMENTO ALVES DE MESQUITA (Município de Nísia Floresta)** – Saudou aos presentes. Informou que a reunião está confirmada e será realizada no dia 05/12, às 10hs da manhã, no Hotel Praia Bonita, em Nísia Floresta. Solicitou a participação de todos que puderem se fazerem presentes para tratar das discussões acerca do assunto.

**JOALSON KAYO FEITOSA BARBOSA (Empresa Potiguar de Promoção Turística - EMPROTUR)** – Saudou a todos. Solicitou que o convite para a reunião fosse formalizado e enviado para que todos possam participar. Agradeceu a Profª Jurema pela sugestão de que os municípios enviassem os dados relativos a quantidade de pessoas que visitam os estabelecimentos, pois tais dados são fundamentais para que a EMPROTUR realize ações onde haja déficit de passageiros.

**LAERCIO JOSÉ BEZERRA (Secretaria de Turismo de Nísia Floresta)** – Saudou aos presentes, parabenizando a condução e as discussões realizadas na reunião do Polo. Sobre a discussão dos 4x4, esclareceu que o município de Nísia Floresta criou uma lei que regulamentar os transportes de turismo (4x4) nas estradas vicinais e nas lagoas. Entretanto, alguns motoristas não regulamentados querem atuar a qualquer custo, prejudicando os motoristas que passaram por treinamento específico e estão habilitados a trabalhar de forma legal. Informou que, caso o motorista queira atuar nessas situações, precisam passar pelos quesitos de legalização. Finalizou informando que irá à Nísia Floresta e providenciará o recolhimento dos veículos que não estiverem devidamente regulamentados.

**SOLANGE PORTELA** – Lembrou ao Laércio que, no momento da fiscalização, considerasse a legislação em vigor, que regulamenta a circulação de veículos no estado, inclusive transportes regulamentados como Buggy Turismo que tem acesso em todo o estado. Não havendo mais participações, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

**I - Instituições Conselheiras Presentes** (representadas por seu titular ou suplente):

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>REPRESENTANTE</b>
1. Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - <b>ABIH/RN</b>	Ana Gabriela de Souza Duarte
2. Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo do RN - <b>ABRAJET/RN</b>	Liszt Madruga
3. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - <b>ABES</b>	Josemá de Azevedo
4. Associação dos Proprietários e Condutores de Buggys de Aluguel - <b>APCBA</b>	Mauricio Cavalcante
5. Banco do Nordeste do Brasil S. A - <b>BNB</b>	Agnelo Peixoto Neto
6. Empresa Potiguar de Promoção Turística - <b>EMPROTUR</b>	Joalson Kayo Feitosa Barbosa
7. Federação do Comércio de Bens e Serviços do Rio Grande do Norte - <b>FECOMÉRCIO</b>	George Alexandre Barreto Costa
8. Fundação Comitê de Captação de Eventos de Natal - ( <b>Convention &amp; Visitors Bureau do Natal</b> )	Francisco Barbosa de Albuquerque
9. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN - <b>IDEMA</b>	Isalúcia Barros Cavalcante Maia
10. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - <b>IFRN</b>	Patrícia Daliany Araújo do Amaral
11. Ordem dos Advogados do Brasil - <b>OAB/RN</b>	Lorena Gomes Pinheiro
12. Responsabilidade Social Posta em Prática - <b>RESPOSTA</b>	Jurema Márcia Dantas da Silva
13. Secretaria de Estado de Planejamento e das Finanças do RN - <b>SEPLAN</b>	Jankarly Varela de Oliveira Morais
14. Secretária de Estado do Turismo do RN - <b>SETUR</b>	Solange de Araújo Portela
15. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN - <b>SEBRAE/RN</b>	Yves Guerra de Carvalho
16. Sindicato dos Bugueiros Profissionais do RN - <b>SINDBUGGY</b>	Janilson Andreilino de Feitosa
17. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - <b>UERN</b>	Antônio Jânio Fernandes
18. Universidade Potiguar - <b>UNP</b>	Rosângela Carmelita Pessoa Moreno
19. Município de <b>Extremoz</b>	Francisco Soares de Lima Júnior
20. Município de <b>Maxaranguape</b>	Inácio Valtécio dos Santos Pinheiro
21. Município de <b>Natal</b>	Christiane de Araújo Alecrim
22. Município de <b>Nísia Floresta</b>	Maxsa Valéria do Nascimento Alves de Mesquita
23. Município de <b>Parnamirim</b>	Giovani Rodrigues Júnior

24. Município de <b>Pedra Grande</b>	Francisco Fernandes Torres
25. Município de <b>Rio do Fogo</b>	Junior Ferreira Gomes
26. Município de <b>São Gonçalo do Amarante</b>	Gisele Aparecida Dantas Moura
27. Município de <b>Touros</b>	Fernando Antonio Melo Rocha
28. Município de <b>Vila Flor</b>	Manoel do Nascimento Moises

**II - Instituições Conselheiras com ausências injustificadas** (não representadas na reunião pelo titular ou suplente)

1. Associação Brasileira das Agências de Viagens - <b>ABAV/RN</b>
2. Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - <b>ABRASEL</b>
3. Associação das Mulheres Unidas de Genipabu - <b>AMUG</b>
4. Cooperativas dos Proprietários de Taxi de Natal Ltda - <b>COOPTAXI</b>
5. Instituto de Desenvolvimento Educação e Planejamento - <b>IDEA</b>
6. Município de <b>Senador Georgino Avelino</b>
7. Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social - <b>SESED</b>
8. Superintendência do Patrimônio da União - SPU
9. Município de Baía Formosa
10. Município de Canguaretama
11. Município de Ceará Mirim
12. Município de Macaíba

**III - Instituições Conselheiras com ausências justificadas**

01. Município de Tibau do Sul
-------------------------------

**III - Lista dos demais Participantes**

1. Janilson A.	SINDBUGGY
2. Maria Valéria Nascimento Alves Mesquita	Sec. Turismo de Nísia Floresta
3. Mércia Motta	SETUR/RN

4. Patrícia Daliany Amaral	IFRN
5. Gabriela Duarte	ABIH/RN
6. Rogério Pessoa Diniz	Profilmes
7. Francisco Soares de Lima Junior	Sec. Turismo de Extremoz
8. Laércio José Bezerra	Sec. Transporte de Nísia Floresta
9. Bruno Luiz	Prefeitura de São Gonçalo do Amarante
10. Bruno Reis	EMPROTUR